

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

É com grande honra que apresentamos o periódico *Direito e Justiça – reflexões sociojurídicas*, em seu nº19, a segunda edição do ano de 2012. O referido periódico consolida o trabalho e a missão do Curso de Direito da URI, campus de Santo Ângelo, na produção e difusão do conhecimento, tendo sido consagrado nacionalmente como fonte de pesquisa de acordo com o critério de avaliação Qualis.

Nesta edição, será possível acessar temas de interesse da comunidade científica e acadêmica como o produzido por *Mayna Marchiori de Moraes* e *Rozane da Rosa Cachapuz*, que propõe relação entre a utilização do instituto da arbitragem e a justiça aristotélica. O tema, atual e importante, evidencia competente leitura das autoras que a partir do clamor de igualdade de justiça, analisam a arbitragem como forma efetiva de resolução de problemas relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Em seguida, *Liana Maria Feix Suski* discorre sobre aspectos históricos e conceituais da morte digna, lançando luzes sobre o entendimento atual do tema mediante demonstração de experiências históricas.

A quatro mãos, *Eduardo Biacchi Gomes* e *Sólon Cícero Linhares* refletem sobre os direitos prestacionais e a judicialização de políticas públicas, o ativismo judicial. Analisam os princípios da Reserva do Possível e o Mínimo Existencial a partir da doutrina e da jurisprudência.

Posteriormente, *Cristian Willi Hasse*, *Débora Patricia Seger* e *Florisbal de Souza Del’Olmo* debruçam-se sobre a sentença arbitral nos contratos públicos, analisando o laudo arbitral do caso AES *versus* CEEE. Os autores chamam a atenção do leitor para discussão importantíssima que contribui, sobretudo, para o “desafogamento do Poder Judiciário, que se encontra à beira de colapso, pelo volume de processos em andamento e pela crescente demanda”.

Ainda nesta edição, será possível encontrar estudo sobre a política de governança eletrônica promovida pelo Estado para mitigar a exclusão sociodigital, notadamente por intermédio do programa Federal de Governo Eletrônico. Para os autores *Irineu Francisco Barreto Junior* e *Cristina Barbosa Rodrigues*, “o Estado assume papel de importância, voltado à democratização do acesso à rede e à prestação eficiente de serviços aos cidadãos, usando as novas tecnologias para promover e efetivar direitos fundamentais”.

Luana Maíra Moura de Almeida desenvolve, no texto seguinte, aprofundada discussão sobre o desafio das sociedades democráticas atuais, qual seja o de promover a diversidade cultural por meio de uma resposta do multiculturalismo a essa questão.

Abordando a fraternidade como categoria jurídica no direito ambiental, *Carlos Aurélio Mota de Souza* expõe a ruptura nas relações entre homem e natureza, a dicotomia entre o desenvolvimento e a sustentabilidade das nações e a ética que permeia o contexto de preservação ambiental. Observa, apropriadamente, esse jurista e filósofo que, “politicamente, o Estado tem o dever constitucional de dar a

cada um o que lhe é justo, seja aos grandes proprietários, aos pequenos e médios empreendedores, seja aos primitivos habitantes da terra”.

Finalizando a edição, o leitor encontrará estudo proposto por *Mara Darcanchy* sobre questão de grande relevância na atualidade: o trabalho decente. Relacionando trabalho e cidadania, a autora conduz abordagem a partir do dano existencial em seu conceito e materialização, traduzindo, ainda, a visão dos tribunais nesse aspecto.

Com tantos trabalhos de fôlego pretendemos trazer ao leitor grandes temas da contemporaneidade cujo debate seja capaz de proporcionar contextos jurídicos auspiciosos.

Assim, nos despedimos agradecendo a colaboração dos autores para o engrandecimento do periódico, que se consagra em um curso de Direito recente, pois em 2013 completa 20 anos. Sentimo-nos muito honrados de fazer parte dessa história, que alia trabalho, qualidade e eficiência.

Excelente leitura a todos!

Os editores.

DIREITO E JUSTIÇA: Reflexões sociojurídicas

NOVOS DIREITOS

